



**Levantamento e análise da temática história e cultura indígena nos projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados ao ensino médio dos *campi* Dianópolis, Formoso do Araguaia e Gurupi do IFTO**

Francisco Welton Silva Rios<sup>1</sup>

Maria Simone Bottega<sup>2</sup>

Gustavo Cunha de Araújo<sup>3</sup>

## **Introdução**

A história e cultura indígena sempre esteve e está presente no processo de formação da população brasileira e, sendo assim, segundo Oliveira e Almeida (2016), na perspectiva da história do Brasil, os povos indígenas ou indígenas deveriam ser apresentados como protagonistas desta. Entretanto, não é o que se verifica, ainda, hoje! Mas sim a reprodução e perpetuação frequentes de visões e ideias preconceituosas e equivocadas destes povos nos manuais disponíveis, no referente a formação escolar (OLIVEIRA; ALMEIDA, 2016). Nesse sentido, a história e cultura indígena vêm sendo repassadas com aspectos e características folclorizadas, pejorativas e estereotipadas com viés carregados de preconceito e discriminação.

Em vista disso, é importante e necessário trazer outros subsídios que abordem as questões dos povos indígenas, dentro de aspectos e características relacionadas ao modo de vida, de ser e de pensar, as tradições, a ancestralidade e, além disso, suscitar cosmovisões e epistemologias a ser trabalhadas em vários espaços e ambientes, a exemplo dos espaços educacionais.

Para tanto, vem a Lei nº 11.645/2008 que trata da inclusão da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e de sua obrigatoriedade nos estabelecimentos educacionais públicos e privados voltados aos ensinos fundamental e médio, onde realizem estudos sobre a temática indígena (BRASIL, 2008).

Outro ponto a ser considerado é o projeto pedagógico de curso (PPC) da instituição educacional (IE), na qual a referência da Lei se faz imperativa quanto a menção da temática história e cultura indígena, devendo este ser atualizado, quando necessário, com base em documentos legais da educação, nas quais estarão presentes os procedimentos metodológicos

---

<sup>1</sup> Biblioteconomia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Gurupi-Tocantins. E-mail [francisco.rios@mail.uft.edu.br](mailto:francisco.rios@mail.uft.edu.br), [welsilrio@gmail.com](mailto:welsilrio@gmail.com). Link Lattes <http://lattes.cnpq.br/8669402955250418>.

<sup>2</sup> Pedagogia, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, Gurupi-Tocantins. E-mail [maria.bottega@ifto.edu.br](mailto:maria.bottega@ifto.edu.br). Link Lattes <http://lattes.cnpq.br/9529364519669275>.

<sup>3</sup> Educação Artística, Universidade Federal do Norte do Tocantins, Araguaína-Tocantins. E-mail [gustavo.araujo@mail.uft.edu.br](mailto:gustavo.araujo@mail.uft.edu.br). Link Lattes <http://lattes.cnpq.br/3011641878605040>.

e didático-pedagógicos, assim como, objetivos, conteúdos programáticos e bibliografias descritos nas unidades curriculares (UC)/disciplinas, a ser seguidos como diretrizes.

No PPC, é importante destacar, também, os materiais bibliográficos, no sentido dos conteúdos informacionais que contém, além de serem apoio no processo de ensino-aprendizagem do aprendiz, conforme às áreas de conhecimento de interesse, no que diz respeito a busca por conhecimento e, conseqüentemente, leva o aprendiz ao saber.

Por isso, o PPC é um documento basilar no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem.

### **Objetivo**

Levantar e analisar a temática história e cultura indígena nos PPCs TIEM dos *campi* Dianópolis, Formoso do Araguaia e Gurupi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), quanto a menção das Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 e a inserção nas unidades curriculares.

### **Método**

A pesquisa é do tipo exploratório-descritivo e documental com a utilização da abordagem quali-quantitativa, por conta da realização de levantamento das informações em documentos institucionais (projetos pedagógicos de cursos-PPCs) aprovados pelo Conselho Superior (Consup) do IFTO, vindo ao encontro com o que diz Gil (2010, p. 31), acerca de pesquisa documental, que “[...] o material consultado é interno à organização [...]”. Para tanto, as informações levantadas se pautaram sobre a Lei nº 10.639/2003 ou Lei nº 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade da temática história e cultural indígena, averiguando se a referida temática está mencionada ou incluída e indicada, respectivamente, nas(os) habilidades específicas, conteúdos de referência (conteúdo programático), ementas; e, bibliografias básicas e bibliografias complementares, das unidades curriculares de artes (educação artística), português (literatura), história, entre outras da base comum curricular que se correlacionam.

Em um levantamento preliminar no portal do IFTO, encontrou-se publicizados um total de 18 arquivos documentais, em formato pdf, dos PPCs de cursos técnicos integrados ao ensino médio (TIEM). Os *campi* escolhidos do IFTO foram Dianópolis, por conta da proximidade com comunidades quilombolas; e, Gurupi e Formoso do Araguaia, por conta da proximidade com povos indígenas. Nos referidos *campi*, respectivamente, estão disponibilizados e acessíveis no portal institucional de cada *campus*, os documentos PPCs

TIEM, em formato pdf, das seguintes áreas do conhecimento, de acordo com o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT): Agropecuária e Informática (IFTO, *campus* Dianópolis, 2022, 2016), Agricultura e Informática (IFTO, *campus* avançado Formoso do Araguaia, 2022a, b), Administração, Agropecuária e Edificações (IFTO, *campus* Gurupi, 2021a, b, c).

Desta maneira, a coleta e análise das informações realizaram-se em sete (7) arquivos baixados, em pdf, dos documentos PPCs TIEM dos citados *campi* do IFTO.

## Resultados

A menção da Lei nº 10.639/2003 ocorreu em três PPCs TIEM dos *campi* do IFTO, a seguir: Agropecuária (2022) e Informática (2016) do *campus* Dianópolis; e, Edificações (2021) do *campus* Gurupi. Já a Lei nº 11.645/2008 foi mencionada em apenas dois PPCs TIEM (Agropecuária e Informática) do *campus* Dianópolis, enquanto nos PPCs TIEM dos *campi* Formoso do Araguaia e Gurupi, a referida lei não é citada.

Na categoria bibliografia básica, quando foi verificada se há inclusão, – nos PPCs TIEM dos três *campi* que ofertam este nível de ensino –, de fontes documentais (material bibliográfico) que abordam a temática história e cultura indígenas, em nenhum deles foi encontrado uma indicação sequer. Isso, também, se refletiu na categoria bibliografia complementar de todos os PPCs TIEM dos *campi* Dianópolis, Formoso do Araguaia e Gurupi, apesar de que nos PPCs TIEM do *campus* Dianópolis ter incluído referência bibliográfica com foco na abordagem indígena, ela se refere apenas a Lei nº 11.645/2008 que foi alterada na Lei nº 9.394/1996, modificada pela Lei nº 10.639/2003, em que vem estabelecer “[...] as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena’.” (BRASIL, 2008) e, assim, como se observa na citação descrita nos PPCs TIEM, a seguir: “BRASIL. Lei nº 9394/1996, suas alterações p/ Leis nº 10.639/2003, 11.645/2008 e a Res. CNE/CP nº 1, de 17 de Junho de 2004). Cultura/sociedade afro-brasileiras e indígenas. Brasília, DF: Senado, 2008.” (IFTO, *Campus* Dianópolis, 2022, p. 80, 2016, p. 81, 107, 113, 116), inserida, respectivamente, nas UCs Arte III – 2ª série e Filosofia III – 3ª série, do PPC TIEM em Agropecuária – 2022; e, UCs Arte, História, Sociologia e Filosofia do PPC TIEM em Informática – 2016.

Destarte a esta realidade, nestes PPCs TIEM, uma das alternativas seria a inserção de material didático do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) distribuído pelo Ministério da Educação (MEC). Entretanto, antes de inseri-los nos PPCs TIEM, seria necessário realizar

análise das obras bibliográficas quanto ao enfoque em aspectos e características mais condizentes com a realidade vivenciada pelos povos indígenas, tendo em vista, no estudo de Troquez e Santana (2022) alertar que esses livros podem trazer conteúdos considerados como generalistas ou ultrapassados, como também, não levarem em consideração o indígena como protagonista e, ainda, “[...] pelo fato de, na maioria das vezes, não condizerem com a realidade vivida pelos indígenas atualmente” (TROQUEZ; SANTANA, 2022, p. 182).

Interessante observar na descrição das unidades curriculares nos PPCs TIEM dos *campi* do IFTO citados, a confirmação de que serão direcionadas na feitura de ações e atividades, na perspectiva do processo de ensino-aprendizagem, a respeito da temática história e cultura indígena, desdobrando-se em povos indígenas, sendo encontradas nas habilidades específicas/conteúdos de referência (conteúdos programáticos)/ementas. Desta maneira, os PPCs TIEM dos *campi* do IFTO apontados dialogam com estabelecido no parágrafo 2º, do art. 1º, da Lei nº 11.645/2008, isto é, as unidades curriculares de educação artística (artes), literatura (Língua Portuguesa) e história estão atentas que devem ministrar em seus conteúdos programáticos ao longo do período letivo a citada temática.

Outro ponto constatado, nos referidos PPCs TIEM dos *campi* Dianópolis, Formoso do Araguaia e Gurupi do IFTO, foi a inserção da citada temática em outras UCs nas habilidades específicas/conteúdos de referência (conteúdos programáticos)/ementas, a exemplo da Geografia, Sociologia, Filosofia e Educação Física. Não obstante, a temática poderia abranger mais UCs da base comum (área do conhecimento), como Matemática, Física, Biologia, Química e Língua Estrangeira e, também, da base técnica (área específica), tendo em vista, a possibilidade de se trabalhar com saberes e conhecimentos oriundos dos povos indígenas, na perspectiva de outras cosmovisões e epistemologias baseadas na ancestralidade, na tradicionalidade.

## **Conclusão**

A temática história e cultura indígena foi contemplada nas UC Arte, Língua Portuguesa e História dos PPCs TIEM dos *campi* do IFTO, como estabelece a Lei nº 11.645/2008, além de se fazer presente em outras UC. Contudo, a indicação de bibliografias básica e complementar não foi satisfatória, ou seja, nenhuma fonte bibliográfica sugerida. Sem elas, fica a lacuna na formação do aprendiz. Por isso, é imprescindível inseri-las, no sentido de trazer outras cosmovisões e epistemologias para desconstruir e desmistificar visões e ideais equivocadas e estereotipadas sobre os povos indígenas.

## Referências

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, 2008. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111645.htm). Acesso em: 08 out. 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010. 184 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Dianópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária**. Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2022. Dianópolis, TO: IFTO, 2022. 148 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Dianópolis. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática**. Aprovado pela Resolução n. 73/2016/CONSUP/IFTO, de 19 de dezembro de 2016. Dispõe sobre o Projeto pedagógico do Curso Técnico em Informática integrado ao Ensino Médio, do *Campus* Dianópolis, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. [Dianópolis, TO:] IFTO, 2016. 150 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agricultura**. Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2022. Formoso do Araguaia, TO: IFTO, 2022a. 151 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Avançado Formoso do Araguaia. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Informática**. Eixo Tecnológico: Informação e Comunicação, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2022. Formoso do Araguaia, TO: IFTO, 2022b. 149 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Gurupi. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Administração**. Eixo Tecnológico: Gestão e Negócios, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2021. Gurupi, TO: IFTO, 2021a. 156 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Gurupi. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária**. Eixo Tecnológico: Recursos Naturais, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2021. Gurupi, TO: IFTO, 2021b. 158 p.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. *Campus* Gurupi. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Edificações**. Eixo Tecnológico: Infraestrutura, modalidade: presencial. PPC aplicado para estudantes ingressantes a partir de 2021. Gurupi, TO: IFTO, 2021c. 151 p.

OLIVEIRA, J. P. de; ALMEIDA, M. R. C. de. Prefácio. In: SOUZA, F. F. de; WITTMANN, L. T. (org.). **Protagonismo indígena na história**. Tubarão, SC: Copiart; [Erechim, RS]:

UFFS, 2016. 367 p. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-na-histc3b3ria.pdf>. Acesso em: 04 mar. 2023.

TROQUEZ, M. C. C.; SANTANA, J. B. P. Temática indígena em escolas urbanas de ensino fundamental. **Horizontes - Revista de Educação**, Dourados, MS, v. 9, n. 18, 2022. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/horizontes/article/view/16603/9110>. Acesso em: 28 mar. 2023.